

SIGNIFICATIVIDADE, VERDADE E ONTOLOGIA

Meaning, truth and ontology

Celso R. Braidida *

Data de recepção do artigo: abril/2011

Data de aprovação e versão final: junho/2011.

RESUMO: *O problema abordado é o da relação entre linguagem e mundo cuja resposta desde Frege é uma teoria semântica que explicita o conteúdo das frases com valor de verdade determinado. O objetivo é explicitar a relação de interdependência entre os conceitos de significatividade, entidade e verdade. Para isso faz-se uma exposição crítica do composicionalismo e do contextualismo, bem como das posições de Tarski, Davidson e de Dummett. A tese é que nessas teorizações a ontologia é subsumida à semântica e os conceitos ontológicos são relativizados à linguagem. A oscilação entre os princípios do contexto e da composicionalidade acabou por fixar-se na extremidade contextualista, justamente o oposto da posição final adotada por Frege e Tarski. Todavia, o contextualismo não consegue reduzir a remissão a objetos à remissão entre expressões. Isso sugere a ocorrência de uma relação direta entre linguagem e mundo, implícita na distinção básica da tradição semântica entre sinal e objeto.*

PALAVRAS-CHAVES: *significatividade, verdade, entidade, semântica, ontologia.*

ABSTRACT: *The problem addressed here is the relationship between language and world, whose response since Frege is a semantic theory. The aim is to uncover the interdependence of concepts like significance, entity and truth. For this it is made a critical exposition of the compositionalism and contextualism, and the views of Tarski, Davidson and Dummett. The thesis is that in these theories the ontology is*

* *Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil(2001). Prof. Associado da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Brasil. m@ail: crbraidida@gmail.com*

subsumed to semantics, and ontological concepts are relativized to a language. The oscillation between the principles of context and compositionality ends in contextualism and relativism, just the opposite of the position adopted by Frege and Tarski. However, contextualism fails to reduce the reference to object to the remission of expressions to expressions. This suggests a direct relationship between language and world that was implicit in the semantic tradition.

KEY-WORDS: *meaning, truth, entity, semantics, ontology.*

“Na relação entre verdade e realidade se coloca o lugar em que tem que ser problematizada a questão da significância. Quer dizer, não haveria ligação entre verdade e realidade sem a significância”. (Ernildo J Stein, Seminário Sobre a Verdade, 121.)

A reflexão acerca da conexão entre significatividade, verdade e entidade pode ser tomada como perene na filosofia, na medida em que é o passo necessário para a clareza do próprio discurso filosófico. A tradição iniciada por F. G. Frege toma como conceito fundamental a noção de “condições de verdade” e “valor de verdade” para a explicitação da significatividade de uma sentença. Entretanto, existem várias propostas teóricas acerca do conceito mesmo de verdade. Embora, formalmente, não seja relevante o modo como são definidos os conceitos de verdade e falsidade, pois, o que se pressupõe é a determinidade do valor de verdade, alguns conceitos de verdade são incompatíveis com certas concepções da significatividade. Isto é, quando o foco é fixado no conceito de verdade percebe-se uma complexidade de relações que fica oculta em algumas teorias da significatividade. Por outro lado, mesmo que se pressuponha o conceito de verdade como já resolvido, resta ainda o problema da articulação com os conceitos de sentido e entidade. Nessa perspectiva, outros conceitos, como os de conhecimento, crença, prova, regra, etc., podem ser priorizados ou conectados, de tal modo que o nexos entre sentido e verdade reste ou como primário ou como derivado. Ora, essas determinações formais têm implicações diretas no que diz respeito àquilo que se pressupõe acerca do mundo ou, no

mínimo, ao modo como se articulam os conceitos e assunções ontológicos, bem como para o que se entende ser o objeto e o resultado das análises filosóficas. Assim, o problema geral no qual essas articulações representam soluções é o da relação entre lógica e ontologia. A mediação desses domínios, pensa-se, faz-se através de uma teoria semântica. Porém, o problema particular é o da relação entre linguagem e mundo, para o qual a resposta aparece como uma teoria da significatividae. O nexu entre os dois problemas determina-se na medida em que se explicita a relação entre os conceitos de significatividae e verdade. Desde Frege foram feitas várias tentativas de articular tais conceitos; porém, as noções de significatividae e verdade, e o nexu entre teoria da verdade, teoria do significado e ontologia, permanecem ainda hoje sob disputa.

1. Teorias do significado e da verdade

Frege estabeleceu uma relação necessária entre compreender o significado de uma sentença e apreender as suas condições de verdade, ao mesmo tempo que concebia o valor de verdade de uma sentença como sendo a sua referência¹. No seu arranjo teórico, o sentido de uma sentença pode ser especificado pelo estabelecimento das suas condições de verdade, e o sentido de uma parte constituinte de uma sentença consiste em sua contribuição para o sentido das sentenças em que ocorre, o qual apreende ou o verdadeiro ou o falso. O significado da sentença é o seu valor de verdade; o seu sentido é o modo como este se determina, ou seja, o pensamento expresso, o qual ou é verdadeiro ou falso. Nesse modo de analisar, uma teoria do sentido equivale a uma teoria acerca do modo de determinação do valor de verdade de sentenças.

Frege, todavia, trabalhou postulando a indefinibilidade do conceito de verdade, em virtude de sua primariedade e simplicidade², se atendo somente aos problemas do significado e

da cogência lógica, o que inviabiliza a afirmação de que a sua teoria do sentido é uma teoria da verdade. Não obstante aceitar o princípio da bivalência para sentenças bem formadas de acordo como uma linguagem sem ambiguidades, admitiu a existência de sentenças sem valor de verdade, quais sejam, aquelas cujo termo-sujeito não tem referência, mas negando que pudesse haver pensamentos nem verdadeiros nem falsos³. Frege, porém, não estava diretamente interessado em problemas epistemológicos e de uso das sentenças, o que lhe permitia trabalhar com uma noção de nominal de valor de verdade. Russell e Wittgenstein irão fornecer definições de sentença verdadeira, para além da distinção formal entre verdadeiro e falso⁴. Entretanto, em boa parte, nesses autores continua vigorando o modelo de análise sintático-funcional estabelecido por Frege, no qual sentenças compostas têm seu significado determinado pelas condições de verdade das sentenças componentes, e estas, por sua vez, tem suas condições de verdade determinadas pelas expressões que a constituem e pelo modo de concatenação dessas expressões. Os trabalhos de A. Tarski, por sua vez, fornecerão uma definição da expressão “sentença verdadeira”, apta a esclarecer a noção de condições e valor de verdade de uma sentença, para linguagens formalizadas, conforme ao modelo de análise sentencial inaugurado por Frege.

No entanto, não obstante a tese da conexão necessária entre significado e condições de verdade, como fundamental para se explicar o funcionamento da linguagem, estar entre aqueles refrões paradigmáticos, isto não se dá sem controvérsias e reneгаções apaixonadas: os princípios assumidos pelas “*Truth-conditional semantics*” “*have no place in promoting an understanding of the concepts of meaning, understanding, explaining meaning, language-mastery, symbolism, etc., and they contribute nothing to the clarification of any of the multitude of concepts grasped by competent speakers of natural languages*”⁵. Segundo Baker e Hacker, as semânticas baseadas no conceito de condições de verdade são “*a vast network of*

interrelated misconceptions”⁶. Porém, a esse respeito convém antes elucidar os diferentes conceitos de verdade existentes e se eles acarretam ou supõem diferentes conceitos de significado. Se esta hipótese for admitida, então segue-se que grande parte das discussões acerca de propostas sobre ambos os conceitos podem estar mal-conduzidas. Pois, p.ex., as objeções à definição de Tarski geralmente são dirigidas em bloco, quando na verdade o ponto de discórdia é a teoria do significado. Do mesmo modo, quando se critica determinada teoria do significado, sói acontecer que o ponto questionado refere-se mais a definição da verdade implicada do que à teoria do significado em tela.

A orientação prévia da investigação aqui desenvolvida⁷ consiste em realizar uma caracterização aproximativa dos fundamentos de uma semântica, nos moldes do projeto tarskiano, enquanto consideração daquelas estruturas conceituais que “*express certain conexions between the expressions of a language and the objects and states of affairs referred to by these expressions*”⁸. Todavia, o projeto de Tarski estava direcionado para linguagens formalizadas e, em função das restrições impostas pelo ideal de exatidão⁹, as suas realizações não podem ser transpostas diretamente para as linguagens naturais. O meu objetivo, ao contrário, seguindo os programas de Davidson e Dummett, está direcionado para uma teoria do significado capaz de explicitar o funcionamento da linguagem em geral, o que, entretanto, demanda algumas opções teóricas acerca do que seja um estudo semântico. Ora, estas opções estão diretamente ligadas à articulação entre verdade, sentido e significado. D. Lewis é enfático: “*Semantics with no treatment of truth conditions is not semantics*”¹⁰. Mas há controvérsias acerca deste ponto. Não há propriamente um consenso mínimo acerca do que seja uma investigação semântica, justamente porque se disputa ainda sobre os seus fundamentos. Como alude Devitt, as controvérsias não se resolvem através de definições arbitrárias, nem com postulações tipo a de Lewis acima citada. Convém precisar que não estamos interessados aqui em desenvolver uma semântica, antes

pretendemos analisar os conceitos a partir dos quais se pode construir uma de modo coerente e, também, avaliar outras propostas. O resultado estabeleceria as bases de uma explicação teórica do *significar* em geral e do “*uso real da linguagem para a comunicação humana*”¹¹ em particular.

Por outro lado, as discussões em semântica têm de levar em consideração as investigações e realizações acerca do conceito mesmo de verdade. Uma semântica não pode simplesmente postular uma definição de verdade. Faz-se necessário, pois isso ocorre mesmo contra a vontade de seus proponentes, uma teoria sensível às diferentes teorias ou conceitos de verdade emergentes justamente a partir dos trabalhos de Frege e Russell. O que é o mesmo, uma teoria semântica deve esclarecer os seus comprometimentos com uma definição de verdade. Os livros de Kirkham e Puntel mostram claramente a diversidade de projetos e definições que estão por detrás das discussões atuais sobre esse tema¹².

A proposta de Kripke exemplifica bem como se pode conciliar uma redefinição da noção de verdade, tal como foi proposta por Tarski, a partir justamente de assunções semânticas diferentes¹³, mas mantendo-se estritamente dentro das prescrições derivadas da composicionalidade. Dauer¹⁴ e Puntel¹⁵, exemplificam estratégias em que se abandona a composicionalidade em favor do princípio do contexto. Por outro lado, a discussão em torno da proliferação de posições deflacionistas recoloca a questão do papel de uma definição de verdade no interior de uma teoria do significado, pois, para citar uma voz, segundo H. Field “*accepting deflationism requires dethroning truth conditions from the central place in the theory of meaning*”¹⁶. Todavia, ao abdicar da verdade, como veremos, abdica-se também da referência ao real, permanecendo-se então preso nas malhas da linguagem.

2. Análise composicional e contextual

O princípio da composicionalidade e o princípio do contexto têm sua formulação nos trabalhos de Frege. A exigência: *“deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da proposição, e não isoladamente”*¹⁷, está colocada explicitamente como regra para a análise, visando a elisão de concepções físicas e psicológicas do objeto número, ou seja, como argumento em favor de uma posição ontológica. A noção de composicionalidade, por sua vez, encontra-se em seus escritos mais tardios¹⁸, mas de certo modo estava implícita no seu modelo sintático, pela qual supõe-se que *“os pensamentos sejam compostos de partes simples e a estas se as faz corresponder, por sua vez, com partes simples da sentença”*¹⁹. Posteriormente este modo de conceber a compreensão de uma sentença aparece explicitamente formulado em Carnap. *“Compreende-se uma expressão composta porque o seu significado é determinado pelo significado de suas expressões componentes e a estrutura lógica da expressão composta”*²⁰. O que pode ser interpretado como valendo para a referência ou para o sentido: a referência (sentido) de um termo é uma função da referência (sentido) de suas partes²¹. A proposta de D. Lewis²² aparece como exemplar em termos de composicionalidade; Puntel²³, e mais ainda as teorias holistas dos significado, como a exacerbação do princípio do contexto.

A questão novamente deve ser posta em termos meta-analíticos, pois se trata do procedimento de análise em particular e da concepção do que seja o pensamento em geral. Os princípios do contexto e da composicionalidade, assim como outros princípios em geral ditos “da lógica” podem e, no meu entender, precisam ser compreendidos como aplicáveis antes ao procedimento de análise. Em filosofia, princípios como, p.ex.: *“se um enunciado é verdadeiro, deve em princípio ser possível conhecer-se que ele é verdadeiro”*; *“o sentido das partes de uma sentença são partes do pensamento expresso pela inteira sentença”*; *“o significado de uma expressão é uma função do significado de suas partes”*; *“o significado das partes apenas pode ser determinado a partir do significado da expressão*

completa”; “a determinação do sentido das partes esclarece-se através das sentenças verdadeiras em que tais partes aparecem como constituintes”, etc., estabelecem restrições e possibilidades acerca dos possíveis lances e resultados da análise filosófica do pensamento, antes que para o pensado. Valem formalmente, primeiramente, e, por isso, se aplicam ao que pode ser pensado descrito na teoria em questão. Apenas indiretamente eles valem para a linguagem. Qualquer tentativa de tomá-los “*De re*” excede o filosófico. Isto se aplica também ali onde se pretende desenvolver uma teoria compreensiva do funcionamento da linguagem natural, sobretudo, porque ali o risco de confusão entre questões de fato e questões de inteligibilidade é maior.

Dummett procura mostrar os princípios da composicionalidade e do contexto autorizam dois tipos alternativos de análise do pensamento²⁴. Para Romanos, estes princípios, de certo modo, orientam a filosofia analítica no seu desenvolvimento. O primeiro acabou se tornando o mais característico, mas o segundo sempre esteve subjacente e, as vezes, emerge como o principal. A indefinição ou, ao menos, a não explicitação teórica do engajamento com tais princípios tem produzido ambiguidades. Assim, Kirkham comenta que “*Davidson’s view involves a delicately tense balance of semantic holism and semantic compositionality*”²⁵. Por sua vez, o próprio Dummett simultaneamente recusa o holismo e o atomismo, e propõe um meio termo chamado teoria molecular do significado sentencial, a qual justamente se apoia nos dois princípios.

O ponto que me interessa na formulação e compatibilização desses princípios refere-se à noção de análise do pensamento e do discurso, principalmente no que diz respeito ao modo de determinação dos objetos de que se fala. Trata-se daquela leitura do princípio do contexto como uma “*tese acerca da prioridade das categorias sintáticas sobre as ontológicas*”²⁶, de tal modo que é “*por referência a estrutura sintática de sentenças verdadeiras que as questões ontológicas devem ser*

compreendidas e resolvidas”²⁷. Que esta leitura tenha como consequência que o princípio da composicionalidade implica outro modo de se alcançar determinações em ontologia, é o que não se diz explicitamente. Todavia, a composicionalidade sempre esteve associada a posturas realistas e, atualmente, causais da significatividae. Em Davidson, as opções explicitamente ligam-se diretamente à questão do estatuto e da relevância do conceito de referência para uma teoria do significado²⁸, contrapondo-se a uma teoria causal da referência. Se é possível uma formulação desses princípios sem lastros ontológicos clandestinos e, também, se eles são ambos necessários para o procedimento analítico, resta ainda por se provar, bem como a que eles se aplicam, aos objetos ou aos procedimentos de análise.

A articulação de uma teoria da significatividae, entendida como embasamento para uma análise filosófica do modo como pensamos e expressamos objetivamente o pensado, na medida em que pretende dar conteúdo às noções de verdade e significado, acaba por tocar na questão de como se concebe aquilo acerca de que se fala e pensa. Para efeito de cálculo formal é possível contornar facilmente tal questão. Entretanto, quando se trata de linguagens naturais, ou mesmo científicas, não há como não adotar uma posição teórica contendo explicitamente noções ditas ontológicas. As expressões “realismo”, “nominalismo”, “anti-realismo”, “fenomenalismo”, além de serem utilizadas para designar posições epistemológicas, as mais das vezes referem-se antes a concepções ontológicas. Seguindo aqui Dummett, penso que estas posições se definem justamente no modo de articulação de uma teoria da significatividae sentencial e uma definição de verdade. Não basta perguntar pela referência ou pelo que pode contar como valor semântico de uma expressão, para definirmos os postulados ontológicos pressupostas por uma teoria. Pois, sem uma definição de verdade, conectada com uma definição de papel semântico, não se pode precisar o comprometimento de uma teoria com a existência de tipos de objetos, muito menos

com objetos. Além disso, e para minha posição é o principal, faz-se necessário determinar como se alcançam as distinções ontológicas. Frege parece sugerir, e Dummett e Wright aceitarem, que é apenas no contexto de sentenças que se pode isolar algo como um objeto de referência e determinar as suas propriedades. Isto é, se algo não pode ser contado como valor semântico de uma expressão, a qual, por sua vez, seja parte de uma ou mais sentenças, então, não pode ser tido como existente. O dito de Quine vai nessa direção, pois, explicitamente faz depender a ontologia da análise sentencial. Mas há aqueles que postulam um outro modo de abordagem, entendendo que as estruturas sentenciais são o resultado de um processo de montagem a partir de blocos significativos independentes das sentenças em que ocorrem. Contudo, deve-se notar que a questão refere-se a determinação do modo como alcançamos os conceitos ontológicos, e não de sabermos o que é que existe.

3. A semântica de Alfred Tarski

Os trabalhos de Tarski sobre a definição de verdade tornaram-se paradigmáticos, na exata medida em que eles realizavam um ideal, qual seja, o de propiciar uma definição do conceito de verdade explicitando como o valor de verdade de uma sentença depende das propriedades semânticas de suas partes componentes. Tal realização complementa o programa veritativo-funcional da significatividade sentencial, no qual a verdade de uma sentença composta é uma função dos valores de verdade de suas sentenças componentes. Tarski mostra como a verdade das sentenças simples explicita-se como uma função da referência de suas partes componentes, proporcionando uma definição formal inteiramente articulada com base em noções semânticas inequívocas²⁹ e mais simples. Visando uma semântica científica, inteiramente extensional, que explicitasse aqueles conceitos referentes a certas conexões entre as

expressões de uma linguagem e os objetos ou estados de coisas referidos por estas expressões. O conceito “verdade” aparece como que construído a partir de conceitos como “denotação”, “satisfação” e “definição”.

A fórmula já clássica, que uma definição de verdade deveria cumprir para toda e qualquer sentença significativa, expressa a seguinte equivalência:

(T) X é verdadeira se, e somente se, p.

Onde X é um nome na linguagem em que se fala da sentença p, a qual pertence à linguagem de que se fala. Resulta desse esquema uma equivalência entre a frase “X é verdadeira” e “p”, baseada simplesmente na capacidade de reconhecer o nome de uma sentença e a sentença nomeada. *“Do ponto de vista da nossa concepção básica de verdade, é claro que estas frases são equivalentes”*³⁰. Tarski propõe como definição a seguinte fórmula: *“uma frase é verdadeira se é satisfeita por todos os objetos, de outro modo é falsa”*³¹. A noção de satisfação³² é posta como a base a partir da qual *“the meaning of a whole series of concepts in this field can easily be defined, e.g. the concepts of denotation, definability, and truth”*³³. A verdade de uma sentença explicita-se enquanto uma função da referência de seus termos componentes, isto é, a satisfação indica a relação entre os objetos particulares nomeados pelo termo-sujeito, aos quais o conceito denotado pelo termo-predicado se aplica³⁴. Desse modo, Tarski realiza o projeto de Russell, nas palavras de Romanos, *“of constructing all truth out of a primitive matrix of term-to-thing relations”*³⁵.

Tarski utiliza apenas noções semânticas para fornecer uma definição formal da noção de verdade para linguagens formalizadas. *“Enquanto as palavras ‘designa’, ‘satisfaz’, e ‘define’ exprimem relações (entre certas expressões e os objetos ‘referidos’ por essas expressões), a palavra ‘verdadeiro’ tem uma natureza lógica diferente: ela exprime uma propriedade (ou denota uma classe) de certas expressões, designadamente*

de frases”³⁶. Na verdade, ele assume o caráter de predicado da expressão ‘verdade’, e pretende que a noção de verdade seja *semântica* e explicitada apenas com outras noções semânticas mais simples. Os termos semânticos, por sua vez, pertencem à meta-linguagem e aplicam-se às expressões da linguagem-objeto, para a qual o conceito de verdade está sendo formulado.

R. C. Jennings aponta para um dilema na interpretação das considerações de Tarski³⁷. Trata-se de como interpretar o que diz a sentença-esquema “‘A neve é branca’ é verdadeira se, e somente se, a neve é branca”. Sob uma interpretação o que é dito é a equivalência entre uma sentença verdadeira e um estado de coisas no mundo, enquanto sob a outra se estabelece uma equivalência entre duas sentenças, a saber, uma sentença da metalinguagem e outra da linguagem objeto³⁸. Esta ambivalência estaria na base da discussão em torno da questão “realismo metafísico” ou “relativismo ontológico” de Tarski. O dilema se estabelece mais precisamente quanto se tenta esclarecer o que é uma concepção “semântica” da verdade: *“under the first interpretation, Tarski’s semantic conception of truth is about the relation between language and the world, but exhibits a form of relativism; whereas, under the second interpretation, although the relativistic implications of the semantic conception of truth are avoided, the cost of this is that the semantic conception of truth no longer concerns the relation of linguistic entities and the world”*³⁹. A interpretação oferecida por Davidson parece seguir esta última tendência. Todavia, não obstante Jennings corretamente apontar para estas ambigüidades dos textos de Tarski, através da noção de “satisfação”, que pertence à meta-linguagem, facilmente se pode dissolver o dilema enquanto decorrente de uma leitura apressada e parcial. Tal noção, não apenas inviabiliza a alegada dupla interpretação como também não permite que se atribua a Tarski um realismo ontológico. No máximo, um fisicalismo moderado, ou melhor, uma compatibilidade de sua teoria com o fisicalismo.

Entretanto, convém lembrar que seu propósito principal não era o desenvolvimento de uma teoria da verdade enquanto

tal, mas antes a formulação de uma definição para linguagens formalizadas, nas quais todo o problema do significado (intensão e extensão, sentido e referência) estaria codificado e resolvido nas fórmulas “x refere a” e “F denota G”⁴⁰. Faz-se necessário, também, repetir aquilo que Kripke disse sobre Tarski: que não devemos confundir as doutrinas particulares acerca da linguagem e do significado com os trabalhos de Tarski acerca dos procedimentos em lógica formal e matemática⁴¹. Isto quer dizer que ali o problema de uma teoria do significado não se põe, ou, o que é o mesmo, está pressuposto como já resolvido nas especificações determinantes do que seja uma linguagem formalizada⁴². Uma vez que uma definição da expressão “sentença verdadeira” para uma linguagem formalizada qualquer exige que já se tenha “(1) *expressions of a general logical kind*; (2) *expressions having the same meaning as all the constants of the language to be discussed or which suffice for the definition of such expressions (...)*; (3) *expressions of the structural-descriptive type which denote single signs and expressions of the language considered, whole classes and sequences of such expressions or, finally, the relations existing between them*”⁴³. Isto, no entretanto, pode ser visto como uma deficiência: é o que indica H. Field quando entende que as considerações de Tarski apenas são aceitáveis para aqueles que já aceitam estas noções semânticas⁴⁴.

G. D. Romanos também já havia apontado para um problema semelhante acerca da interpretação da concepção semântica da verdade⁴⁵, mas opta francamente pela neutralidade do enfoque tarskiano, senão, então pela relatividade da ontologia em relação a uma linguagem-teoria⁴⁶. A questão pode ser formulada em termos de se as pressuposições onto-epistêmicas da linguagem-objeto são ou não assumidas na metalinguagem. Ora, o procedimento de Tarski não pressupõe nenhuma tomada de posição acerca do que é tomado como referência das variáveis e das funções proposicionais. O que ele pressupõe é uma linguagem que funciona univocamente, ou, o funcionamento formal de uma linguagem, independente do

modo como os seus usuários a compreendem e empregam. O conteúdo, o que é dito em tal linguagem, fica de fora; Tarski se interessa apenas por como é dito. Assim, fica claro que, não obstante Tarski formular uma definição de verdade em termos semânticos mais simples como satisfação, designação e denotação, ele de modo algum formulou uma teoria da referência e uma teoria do significado, pois, referência e significado dos termos e sentenças são tomados como dados ou, nas palavras de Soames: “*Tarski’s set-theoretic truth predicate doesn’t impose any conditions on the meanings of the sentences to which it applies*”⁴⁷, e, “*there is no possibility that expressions of a language might have denoted something other than what they denote; or that the sentences of a language might have had different truth conditions*”⁴⁸. Desse modo, podemos tomar as duas fórmulas propostas por Soames como o ponto de cruzamento de formulações teóricas distintas: a) “Se ‘T’ é um predicado de verdadeiro para L, e ‘S’ significa em L que p, então ‘S’ é T sse p”; e b) Se “‘S’ significa em L que p, então ‘S’ é T sse p”⁴⁹. Enquanto a primeira seria válida a priori para Tarski, a segunda não. A significação já está garantida quando a definição do predicado verdade acontece.

A concepção tarskiana recebeu várias objeções. M. Black destaca: 1) o predicado verdade teria seu significado modificado a cada modificação da linguagem objeto. “*The central difficulty, as we have seen, is due simply to the fact that Tarski’s definitions give us no idea how to apply the concept to a new case, whether the new case is a new language or a word newly added to a language*”⁵⁰. Tarski, na verdade, teria apenas definido vários predicados da forma “s é verdadeiro em L”, cada um aplicado a uma única linguagem, mas falhado em definir um predicado geral válido para a variável L⁵¹; 2) os aderentes de outras teorias aceitariam todas as instâncias da equivalência T, sem precisarem abandonar suas concepções; 3) o núcleo da concepção de Tarski seria a tese da redundância. De tal modo que, em última instância, a teoria de Tarski se reduziria a uma “*No truth*” theory⁵². Nessa linha se insere a crítica de Putnam:

“As a philosophical account of truth, Tarski’s truth predicate fails as badly as it is possible for an account to fail”⁵³; 4) das considerações de Kirkham se depreende que a concepção semântica pressupõe que o mundo, enquanto conjunto de objetos, e a linguagem, enquanto conjunto de expressões e regras de formação, bem como a correlação entre ambos, já devem estar fixados, ou seja, que a teoria deveria ser completada com uma teoria da referência para predicados e nomes próprios (Field), o que pode ser interpretado como indício da assunção de um realismo ingênuo; 5) S. Haack objeta que a concepção pressupõe a validade do princípio da bivalência⁵⁴, o que a tornaria incompatível com aquelas teorias que negam a validade do princípio; 6) Dummett argumenta que o esquema T pressupõe a compreensão da sentença, e portanto não pode ser utilizada para esclarecer o significado; mais ainda, pressupõe que os usuários conheçam os conceitos associados as expressões, e não precisam de explicações acerca deles⁵⁵. Esta linha de críticas pode ser resumida na frase de Etchemendy acerca das sentenças T, “they carry no information about the semantic properties of language, not even about the truth-conditions of its sentences”⁵⁶. Davidson, reforça a crítica de Black, ao afirmar que no caso de ser introduzido um novo predicado na linguagem, a teoria simplesmente não nos diz como proceder para identificar a sua satisfação ou não⁵⁷. O que significa admitir “the failure of Tarski’s truth predicate to capture completely the concept of truth”⁵⁸.

Estas objeções, contudo, receberam réplicas prévias tanto de Tarski, no artigo “A concepção semântica de verdade”, como de outros autores. Em geral, as réplicas seguirão a indicação final de J. F. Thomson de que as insatisfações dos críticos se devem à preocupação com conhecimento e compreensão, antes que com a verdade⁵⁹. Tarski parte do fato de que os problemas da linguagem já foram resolvidos: “dada uma linguagem que nós compreendemos, uma linguagem interpretada tal como o Inglês, nós reconhecemos como verdadeiras todas as sentenças da forma “‘A neve é branca’ é verdadeira se e somente se a

neve é branca”⁶⁰.

Todavia, as críticas que mais interessam são aquelas que questionam justamente o inteiro procedimento tarskiano; aquilo que caracteriza a sua abordagem da noção de verdade, qual seja, o projeto de reduzi-la a formas mais primitivas e fundamentais de relação semântica. No final, o projeto estima que restariam apenas relações lógico-matemáticas e relações físicas, as quais configuram uma interpretação extensional da referência como cerne do significado. Ora, é justamente esta exacerbação do princípio da composicionalidade – o qual diz que “o valor semântico de uma expressão lingüística depende funcionalmente apenas dos valores semânticos de seus componentes parciais logicamente relevantes”⁶¹ –, interpretado extensionalmente e atomisticamente, que será questionada. Davidson, quando abertamente defendia o esquema T, dizia justamente isso: “*it reveals how the truth of every sentence of a particular L depends on its structure and constituents*”⁶².

Nas palavras de Romanos, os objetores (Quine e Davidson) defendem que: “*first, truth is more absolute, or objective, than reference; second, our understanding of reference itself, however relative and arbitrary, is ultimately dependent upon prior questions of truth*”⁶³. Romanos entende que pouco a pouco a prioridade da noção de verdade tornou-se evidente: “*what has become increasingly clear ... is the originary character of the concept of truth as opposed to the more derivative nature of meaning and reference*”⁶⁴. Entretanto, recorrer a verdade significa tomar a sentença ou proposição como primária, aceitando, de certa maneira, o princípio do contexto. Ou, ao menos, uma interpretação fraca do princípio da composicionalidade. Uma vez admitida a plausibilidade do princípio de que o sentido e a referência de um termo determinase apenas no contexto de uma sentença, a validade da estratégia definitória de Tarski torna-se *ab initio* problemática. Pois, então, a verdade não poderia ser reduzida a formas mais primitivas de referência. Ao contrário, referência, denotação, designação de uma expressão, seriam explicáveis somente a partir do contexto

de um conjunto sentenças verdadeiras em que ela aparece.

4. Donald Davidson e a prioridade da verdade

Davidson retoma o modelo de Tarski, aplicando-o à linguagem natural, mas interpretando o esquema (T) de modo invertido, colocando-o como base, não para esclarecer a noção de verdade, mas sim para explicar o significado das sentenças e a possibilidade de sua compreensão⁶⁵. Na verdade, o que ele faz é considerar a noção de verdade como primitiva e interpretar o esquema de Tarski como suficiente para explicar o significado das sentenças de uma linguagem. A sua tese é que tudo o que um intérprete precisa saber para conhecer o significado das sentenças de um falante está dado formalmente nas equivalências (T). Podemos, também, entender o seu programa como a tentativa de implementar radicalmente o princípio de que o significado de uma sentença consiste em suas condições de verdade⁶⁶. Com efeito, Davidson pretende que *“a theory of meaning must include an account of truth – a statement of the conditions under which an arbitrary sentence of the language is true”*⁶⁷. Mais ainda, *“I do not think we can understand meaning ... without the concept of truth”*⁶⁸. *“But meaning not only is a more obscure concept than that of truth; it clearly involves it: if you know what an utterance means, you know its truth conditions”*⁶⁹.

O programa de Davidson tem como teses centrais: primeiro, “uma teoria da verdade para uma linguagem natural é uma teoria do significado para esta linguagem”; segundo, “uma teoria do significado pode ser construída invertendo-se o modelo de Tarski”⁷⁰. A conclusão, porém, é mais radical. Pois, o que se segue é a dispensabilidade do conceito de significado em favor do conceito de verdade. De certo modo, pretende realizar aquilo que também era o projeto de Tarski, isto é, o estabelecimento de uma semântica, agora, porém, aplicada às

linguagens naturais. Todavia, deve-se sempre ter presente que Davidson jamais extrapola as suas considerações para além do contexto da situação de interpretação radical. As suas análises, desse modo, sempre visam a compreensão de sentenças no contexto da comunicação. *“The point of language... is communication, getting across to someone else what you have in mind by means of words that they interpret (understand) as you want them to”*. Ou seja, *“Its is not an ultimate or universal purpose of speech to say what one thinks is true...”*⁷¹.

E. LePORE propõe a seguinte reconstrução resumida da articulação visada por Davidson: 1) As palavras “é meia-noite” significam que é meia-noite. [Assumindo-se a sinceridade do falante, tem-se que:] 2) “É meia noite” é verdadeira. [O seguinte princípio faz a conexão das duas:] 3) Se a sentença S é verdadeira, e se S significa que p, então p. [O conhecimento disso justifica a crença de que é meia-noite. Pode-se, então, reduzir os passos 1 e 3:] 1') As palavras “é meia-noite” são verdadeiras em Português (quando ditas para mim), se e somente se é meia-noite no momento de sua elocução. O conhecimento de 1' e 2, sem apelo ao significado, são suficientes para garantir a crença de que é meia-noite. A noção de verdade é suficiente para dar conta daqueles contextos onde se apela para as noções de significado, compreensão, interpretação⁷². Com isso se cumpre o dito de que “o significado de uma sentença é as suas condições de verdade”. Uma vez que *“a theory of truth for a speaker is a theory of meaning in this sense, that explicit knowledge of the theory would suffice for understanding the utterances of that speaker”*⁷³.

Ao contrário de Tarski, que pressupõe a tradução como solucionada e busca esclarecer o conceito de verdade, Davidson pressupõe o conceito de verdade e com ele explana a noção de tradução ou interpretação, mas o faz assumindo uma noção coerencial, a qual está conectada com o princípio da caridade no contexto da interpretação radical⁷⁴. Insiste em que o conceito de verdade é indefinível. Não ao modo de Frege, pois ele parece aceitar a tese da primariedade do predicado verdade, mas suas

considerações o levam a recusar a sua simplicidade. Por outro lado, relaciona significado com crença, no contexto da interpretação radical⁷⁵. A definição de verdade tarskiana não é pensada como informativa acerca do conceito de verdade. O que ela providencia é a extensão de um conceito tomado como primitivo e indefinível: *“he did not capture essential aspects of the concept of truth”*. O que é reconhecido explicitamente por Davidson: *“My own view is that Tarski has told us much of what we want to know about the concept of truth, and that there must be more. There must be more because there is no indication in Tarski’s formal work of what it is that his various truth predicates have in common, and this must be part of the content of the concept. ... The concept of truth has essential connections with the concepts of belief and meaning, but these connections are untouched by Tarski’s work”*⁷⁶.

A complementação visada por Davidson, todavia, ao ir além das propostas deflacionistas⁷⁷, quer ao mesmo tempo recusar e criticar teorias correspondenciais, coerenciais, pragmáticas, e epistêmicas⁷⁸. Davidson quer uma via que rejeite tanto postulações epistêmicas como realistas, bem como que diga algo mais do que dizem os deflacionistas. Apesar de aceitar as limitações do modelo tarskiano, Davidson é contra a interpretação deflacionista de Tarski. *“Tarski showed how to define a truth predicate for each of a number of well-behaved languages, but his definitions do not, of course, tell us what these predicates have in common”*⁷⁹. A dificuldade está em que a definição não nos orienta na aplicação do conceito para novos casos, seja uma nova linguagem ou uma nova palavra. A sua via consiste em tomar o conceito de verdade como primitivo, sem reduzi-lo a satisfação ou referência⁸⁰. A relação referencial não pode ser esclarecida previa e independentemente. O que faltaria na caracterização de Tarski, segundo o diagnóstico de Davidson, é a conexão com os usuários da linguagem. Mas, a teoria somente tem cabimento se as sentenças *“têm sentido independente da teoria”*⁸¹.

Davidson retoma a descrição dada por Frege da

linguagem. Podemos produzir e compreender um número infinito de sentenças a partir de um número finito de palavras, as quais podem ser combinadas de infinitos modos. O significado das sentenças dependem, assim, das palavras que as compõem e do modo de composição. Entretanto isso não significa que o significado da sentença é montado a partir dos significados das palavras isoladas. “As sentenças dependem de suas estruturas quanto ao seu significado, mas nós não podemos conhecer o significado de qualquer parte da estrutura a menos que compreendamos o significado de toda sentença na qual aquela parte aparece”. O que significa não pressupor “*that individual words must have meanings at all, in any sense that transcends the fact that they have a systematic effect on the meanings of the sentences in which they occur*”⁸². Revela-se aqui a *tensão entre os princípios da composicionalidade e do contexto*⁸³. No entanto, o viés de seu programa de análise continua sendo determinado pela composicionalidade: “*It’s necessary... to analyse sentences into constituent elements – predicates, names, connectives, quantifiers, functors – and to show how the truth value of each sentence derives from features of the elements and the composition of the elements in the sentence*”⁸⁴. Tal concepção da análise, porém, está acoplada a tese da prioridade da sentença como unidade da significação: “*Words have no function save as they play a role in sentences: their semantics features are abstracted from the semantic features of sentences*”⁸⁵.

Uma teoria geral do significado pode tomar o conceito de verdade como sendo básico, no sentido de que “as frases tidas como verdadeiras determinam os sentidos das palavras que as constituem”⁸⁶. Davidson advoga uma conexão imediata entre uma definição de verdade segundo o modelo de Tarski e o conceito de significado: “*the definition works by giving necessary and sufficient conditions for the truth of every sentence, and to give truth conditions is a way of giving the meaning of a sentence*”⁸⁷. Como observa Strawson⁸⁸, isto significa dizer que as regras sintáticas e semânticas determinam

juntas os significados de todas as sentenças de uma linguagem, justamente determinando as suas condições de verdade. Por outro lado, tirando todas as consequências dessa tese, Davidson insere-se naquela tradição que vê no fato da linguagem uma ponte para as questões ontológicas. “*In sharing a language, in whatever sense this is required for communication, we share a picture of the world that must, in its large features, be true. It follows that in making manifest the large features of our language, we make manifest the large features of reality*”⁸⁹. O que se está sugerindo é que “*se as condições de verdade de frases forem situadas no contexto de uma teoria compreensiva, então a estrutura linguística emergente refletiria as características mais gerais da realidade*”⁹⁰. Desse modo, nesse tipo de formulação, se assume de antemão o caráter verídico da maioria das sentenças de um falante. O que parece comprometê-la com um realismo epistêmico-ontológico.

5. Michael Dummett e a prioridade do sentido

Dummett, tomando como base o modelo fregeano e a definição semântica de verdade, pretende que se deva revisar os princípios lógicos a partir dos quais se constitui o nível semântico, sobretudo abandonar a bivalência e a lei do terceiro excluído, na medida em que se *abandonar o modelo veritativo-funcional do significado*⁹¹. Argumenta, além disso, que se a lógica da linguagem mostra-se não-clássica, então, uma teoria da verdade à la Tarski não forneceria o tipo de caracterização da verdade necessário para uma teoria do significado⁹². O seu questionamento divide-se em duas perguntas: 1) se a noção de verdade é uma noção central na teoria do significado, e 2) se a noção de verdade é clara, primitiva e unívoca, tal como pressupõe Frege e define Tarski. Sua resposta para a primeira é que apenas num sentido fraco se poderia tomar a verdade como conceito-chave; e à segunda ele responde negativamente.

Todavia, ele parece também negar a primeira, expondo a noção de verdade como derivada de noções mais primitivas⁹³. Na verdade, Dummett aceita a validade da definição de Tarski, mas somente nos casos em que a linguagem é entendida classicamente e a verdade joga um papel central na teoria do significado⁹⁴; caso estes dois postulados sejam abandonados, o modelo de Tarski torna-se inadequado. Tomando como referência o modelo de Tarski, assim, a posição de Dummett pretende tão somente negar a sua validade universal, e fazer uma negação determinada baseada na tese de que *a lógica subjacente à linguagem é não-clássica*⁹⁵.

No entanto, Dummett defende uma concepção particular do que seja uma teoria semântica, ancorada no “problema de representar o modo como o conteúdo de uma sentença complexa depende apenas de sua construção a partir de partes simples”⁹⁶. Mais especificamente: *“Every semantic theory has as its goal an account of the way in which a sentence is determined as true, when it is true, in accordance with its composition”*⁹⁷. Porém, explana este requerimento em termos de valor semântico: *“What a semantic theory is required to do... is to exhibit the way in which the semantic value of a sentence is determined by the semantic values of its components, and to give the general condition for a sentence to be true, in terms of its semantic value”*⁹⁸. Com isso, fica evidente a sua adesão ao princípio da composicionalidade, o que produz uma tensão com a sua versão molecular do significado sentencial, a qual afirma justamente que o significado de uma expressão está conectado com o de outras, renegando o atomismo. Mas, esta tese vem junto com uma crítica simultânea do holismo, ou seja, daquelas teorias do significado que, sob certo aspecto, violam algo implicado pelo princípio da composicionalidade, pois postulam uma dependência entre sentenças ou entre uma sentença e a inteira linguagem. A defesa de uma versão molecular do significado parte da composicionalidade e apenas admite extensão dependente entre *“words and expressions which can always replace one another without destroying the meaningfulness of*

the sentence”⁹⁹. Para Frege a apreensão do significado de uma palavra é uma apreensão de como, em geral, ela contribui para o significado de sentenças em que ela ocorre. O que pode conduzir a uma apressada conclusão de que apenas a partir do contexto da totalidade das sentenças de uma linguagem é que uma expressão teria seu significado determinado. Dummett adere a esta tese fregeana, aceitando que “*The concept of word-meaning is dependent, though unobviously so, upon that of sentence-meaning*”¹⁰⁰. Mas, forçando o requerimento da transparência e manifestabilidade do significado, bem como a noção composicionalidade, recusa a tese holística. Cozzo resume assim os requerimentos de Dummett: 1) conexão entre significado e compreensão; 2) distinção entre sentido e força; 3) composicionalidade; 4) manifestabilidade, a partir dos quais ele pretende negar a validade da lógica clássica, enquanto lógica subjacente à prática linguística.

Além disso, Dummett distingue as considerações lógicas sobre a verdade e o significado e as considerações sobre o significado e a verdade. “A lógica toma a verdade como garantida” e “não faz parte de uma teoria semântica explicar o que é a verdade”¹⁰¹. O que ele quer dizer é que na Lógica e na semântica formal o significado e a referência, bem como a verdade das sentenças, são contados como já explicados e determinados, restando unicamente o problema da fixação de elementos, operadores e regras sintáticas que os tomam como dados, ou a serem especificados posteriormente no momento da interpretação do cálculo ou sistema formal. “*In logic we can take the notion of truth for granted, in the theory of meaning we cannot, but must say what truth is, that is, expose the connection between truth and meaning*”¹⁰². Desse modo, uma coisa é uma teoria lógico-algebraica, outra é uma teoria semântica que forneça um tratamento sistemático da prática de falar uma linguagem, na qual se deixa de perguntar “o que é o sentido?” e se investiga a partir da questão da compreensão do sentido por um usuário da linguagem.

Não obstante o seu cuidado para manter-se numa postura

meta-teorética, pode-se identificar como central em sua proposta a ideia de construir uma teoria semântica que não tenha a noção de verdade como primitiva, portanto, na qual o significado de uma sentença não se reduza a verdade (falsidade). Com efeito, Dummett defende que não há uma razão a priori para esta suposição¹⁰³. A sua teoria do significado funda-se no conceito de valor semântico de uma sentença, o qual, não obstante conservar a noção de condições de verdade, não toma a noção de verdade como dada. *“The semantic value of a sentence does not simply consist in its being true or not being so”*¹⁰⁴. Desse modo, a noção mesma de “condição de verdade” de uma sentença será explanada em termos de seu valor semântico¹⁰⁵: *“the semantic value of an expression follows from its sense together with relevant features of external reality”*¹⁰⁶. Todavia, mantém que não seria concebível uma especificação do significado de uma sentença, a qual provesse tudo menos as condições para sua verdade ou falsidade.

Uma vez admitida a distinção entre valor semântico e valor de verdade, e que o valor semântico pode ser caracterizado com outra noção que não a de verdade¹⁰⁷, segue-se que são possíveis semânticas não-clássicas. Pois, na semântica clássica o valor semântico de uma sentença é um dos dois valores de verdade. Dummett infere, assim, que o significado de uma sentença não precisa ser reduzido às suas condições de verdade, já que ocorrem semânticas não-clássicas, adotando a postura de dispor a teoria do significado em termos de verificação e prova¹⁰⁸. Desse modo, *“The evident remedy is to replace truth, as the central notion of the meaning-theory, by some notion that can be wholly accounted for in terms of the use a speaker actually makes of the sentences of the language”*¹⁰⁹. O diagnóstico é conhecido, a concepção veritativo-funcional pressupõe uma condição que transcende nossa capacidade de reconhecê-la. Restam as alternativas verificacionista e pragmatista¹¹⁰.

A argumentação de Dummett pressupõe uma interrelação necessária entre conhecimento, significado e verdade. O seu

programa, inicialmente, pretende ir além do tratamento formal da verdade e do significado, apropriado à Lógica. Em sua concepção, uma sentença s é verdadeira se e somente se existe uma situação que proveria uma justificação conclusiva para a aceitação de que p ¹¹¹. A verdade (falsidade) de uma sentença, não apenas depende de seus elementos e modo de composição, e do modo como o mundo é, mas sobretudo da capacidade manifesta dos usuários em reconhecer condições de asserção para a sentença.

Este elemento cognitivo, argumenta, precisa ser retomado, então, na teoria do significado. Uma teoria do significado é uma teoria da compreensão de suas expressões: versa “*sobre o conhecimento possuído por uma comunidade de falantes da linguagem*”¹¹², centrada na noção de uso das expressões. A teoria é uma “representação teórica de uma habilidade prática”. Dummett advoga uma concepção da competência linguística como habilidade prática¹¹³. A compreensão de uma expressão manifesta-se pela prática ou uso da linguagem. O requerimento exige que se duas expressões tem o mesmo sentido, os falantes têm que saber que elas são equivalentes. Isto equivale ao princípio da transparência do sentido de Frege. O ponto acentuado é o da *manifestabilidade do conhecimento do significado*¹¹⁴. Se uma sentença tem significado, este tem que ser inteiramente manifesto na prática linguística daqueles que a utilizam. Com efeito, ele entende que uma teoria do significado, diferentemente de uma teoria semântica, tem que dar conta da prática linguística. Dummett conecta esta tese com o slogan “compreender uma sentença é conhecer as suas condições de verdade”. E infere que somente uma concepção verificacionista, em detrimento da clássica veritativo-funcional, do significado é possível. A viga mestra de sua abordagem consiste na defesa de uma conexão necessária entre “*meaning*” e “*knowledge*”¹¹⁵. Este postulado é que inviabiliza a equação de significado e condições de verdade, pois estas podem ser pensadas desligadas do problema do conhecimento: “*A truth-conditional meaning-theory violates the requirement that meaning be correlated with*

speakers' knowledge"¹¹⁶.

A existência de sentenças indecidíveis quanto ao valor de verdade é central para o argumento de Dummett¹¹⁷. Cita, como exemplos, as sentenças condicionais subjuntivas, de quantificação sobre domínios infinitos e as que se referem a regiões inacessíveis do tempo e espaço. Uma teoria veritativo-funcional do significado, se assentada na lógica clássica, não conseguiria explicar a habilidade prática subjacente ao uso que fazemos dessas sentenças. A sua tese é que o significado de uma sentença deve ser dado, então, pelas suas condições de assertibilidade, e não pelas suas condições de verdade¹¹⁸. Ou, no mínimo, admitindo-se que o significado explica-se em termos de condições de verdade, a noção de verdade deveria ser analisada em termos de condições de assertibilidade ou justificação: *"an understanding of a statement consist in a capacity to recognize whatever is counted as verifying it, i.e. as conclusively establishing it as true"*¹¹⁹.

Argumenta Dummett, com base no requerimento da manifestabilidade, que a compreensão realista, enquanto atribui um valor de verdade às sentenças independente do nosso modo de conhecimento desse valor, é equivocada. Verdade e falsidade têm que ser analisadas em termos de noções mais primitivas como asserção correta e incorreta, justificação, etc¹²⁰.; o significado não pode ser separado do conhecimento manifestável; e, enfim, o significado não pode ser reduzido simplesmente às condições de verdade. Entretanto, pode-se detectar uma oscilação entre revisar a noção de verdade, mantendo-a como a noção central da teoria do significado, e revisar a teoria do significado descartando a noção de verdade, substituindo-a pela noção de prova ou condições de justificação definidas recursivamente¹²¹. Interpreta-se mal a posição de Dummett caso entenda-se que ele está dizendo que verdade é justificação. O que ele diz é que, para a linguagem ordinária e matemáticas, o conceito formal de verdade mais bivalência, pressupõe uma capacidade que não se tem. Especificamente, pressupõe que, para todos os enunciados, se está em condições

de manifestar o conhecimento de um procedimento de decisão acerca de seu valor de verdade. Mas, se há enunciados realmente indecidíveis com sentido, então, para certos enunciados não são as condições de verdade que lhe garantem o sentido, nem sequer a possibilidade de se chegar a enunciá-las explicitamente, pois, para os indecidíveis não há tal possibilidade. As teorias semânticas baseadas nas condições clássicas de verdade, então, atribuem um conhecimento implícito das condições de verdade que não pode ser manifestado.

Ora, a sua posição tem como chave o seguinte arranjo: *“questions about meaning are best interpreted as questions about understanding: a dictum about what the meaning of an expression consists in must be construed as a thesis about what it is to know its meaning”*¹²². Se este passo é aceito, então segue-se que “conhecer o significado de uma sentença é conhecer a condição de sua verdade”. Esta torção da formulação clássica conduz diretamente ao argumento final de Dummett. Mas se se conhece a condição de verdade, este conhecimento tem que ser manifestável¹²³. Muitas sentenças da linguagem natural são tais que não há um procedimento capaz de determinar a sua condição de verdade. Mais ainda, *“there is no practical ability by means of which such knowledge may be manifested”*¹²⁴; o que significa dizer que certas sentenças têm condições de verdade que transcendem nossa capacidade de conhecimento¹²⁵. Dummett introduz o requerimento de que se deve distinguir as condições para a verdade de uma sentença e o que autoriza a sua asserção: *“What differentiates such a theory from one in which truth is the central notion is, first, that meaning is not directly given in terms of the condition for a sentence to be true, but for it to be verified; and, secondly, that the notion of truth, when it is introduced, must be explained, in some manner in terms of our capacity to recognize statements true, and not in terms of a condition which transcends human capacities”*¹²⁶. Tal teoria obriga-se a abrir mão do princípio da bivalência para os enunciados indecidíveis. Exige, portanto, uma revisão da lógica

clássica ou, ao menos, o questionamento da validade dos princípios lógicos clássicos como base para uma teoria do significado, bem como uma correção das práticas linguísticas.

Dummett procura uma alternativa às teorias semânticas veritativo-funcionais sem, no entanto, abdicar da noção de condições de verdade, a qual continua utilizável. Mantém, todavia, uma tese acerca do significado das expressões linguísticas, segundo a qual *“No hidden power confers these meanings on them: they mean what they mean in virtue of the way we use them”*¹²⁷. Este postulado resulta no requerimento da manifestabilidade completa do significado e das condições de determinação do valor de verdade. Entretanto, *“Although we know what they mean and have come... to learn what they mean, we do not know how to represent their meaning”*¹²⁸, de modo que as noções sobre as quais uma teoria do significado se constrói apanham uma habilidade já dominada, mas não são elas mesmas naturais. Tal teoria, uma vez alcançada, permite a continuação da investigação filosófica. Com efeito, Dummett coloca a teoria do significado como base da filosofia: *“We must attend to the meaning-theory first and construct our metaphysics in accordance with it”*¹²⁹. De modo que as questões ontológicas, no final de sua análise, têm que ser compreendidas através da teoria do significado. Esta tese, acoplada ao abandono da semântica clássica, da definição correspondencial da verdade e teoria veritativo-funcional do significado, o conduz a recusar qualquer postulado realista em ontologia. Todavia, ainda é cedo para aceitarmos a injunção operada por Dummett.

6. Considerações finais

Nos três casos analisados, o aparato de conceitos semânticos estabelece uma estrutura por meio da qual as entidades emergem. A ontologia torna-se um subproduto da semântica. A própria noção de existência torna-se derivada em

relação às noções de significatividae e verdade de uma sentença de uma linguagem dada. Nesse sentido, embora disparem em muitos aspectos, as teorias semânticas de Tarski, Davidson e Dummett convergem para um anti-realismo ontológico. Foi Quine, entretanto, quem melhor formulou esta consequência sob a fórmula da relatividade ontológica à linguagem. Todavia, aqui temos um problema, pois tais autores pertencem à tradição semântica iniciada por Bolzano e fixada por Frege, tradição esta que tinha como princípio fundador a distinção entre palavra e objeto, entre o sinal utilizado para designar um objeto e o objeto designado, bem como entre propriedades de sinais significativos (semânticas) e propriedades de objetos (ontológicas)¹³⁰. Esta distinção, com efeito, funda o método da análise lógico-semântica. Por conseguinte, uma vez que as noções semânticas delineadas por Frege e Tarski tinham como cerne uma relação de remissão entre expressões e objetos, e que as interpretações da teoria de Tarski e as teorias de Davidson e Dummett supõem o abandono dessa remissão, podemos concluir que a filiação desejada por estes últimos é ilegítima. A oscilação entre os princípios do contexto e da composicionalidade acabou por fixar-se na extremidade contextualista, justamente o oposto da posição final adotada por Frege e Tarski. Que esta fixação seja exagerada, mostra-se pela irredutibilidade da remissão a objetos à remissão entre expressões. Por uma parte, que esta irredutibilidade implique alguma relação direta entre linguagem e algo diferente estava embutido na distinção básica da tradição semântica. Porém, por outra, para admitir isso deveríamos ser capazes de perceber que a significatividae codificada nas expressões linguísticas não é linguística. Entretanto, esta é uma via que excede o horizonte da filosofia analítico-linguística explorada nesse ensaio.

7. Referências Bibliográficas

- BRANQUINHO, J.(org.) *Existência e linguagem: ensaios de metafísica analítica*. Lisboa, Presença, 1990.
- CARNAP, R. *Meaning and Necessity: a study in semantics and modal logic*. 2.ed. Chicago, UC Press, 1958.
- _____. *The logical syntax of language*. Transl. A. Smeaton. Paterson, Littlefield, 1959.
- CHURCH, A. “A necessidade de entidades abstractas na análise semântica”. in BRANQUINHO, J. (org.), 1990.
- DAUER, F. W. “In defense of the coherence theory of truth”. *Journal of philosophy* 71 (1974), 791-811.
- DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. New York, Clarendon Press, 1991 (1984).
- _____. “The structure and content of truth”. *The journal of philosophy*, LXXXVII, n6 (1990).
- _____. “The folly of trying to define truth”. *The journal of philosophy* XCIII, n6, (1996).
- DUMMETT, M. *La verdade y otros enigmas*; trad. de A. H. Patiño. México, FCE, 1990.
- _____. *The Logical Basis of Metaphysics*. Cambridge, Harvard U. P., 1991.
- _____. *The interpretation of Frege’s philosophy*. 1981.
- _____. *The seas of language*. Oxford, Clarendon Pr., 1993.
- ETCHEMENDY, J. “Tarski on truth and logical consequence”, *Journal of symbolic logic*, 53 (1988): 51-79.
- EVANS, G. / McDOWELL, J (eds.). *Truth and Meaning: essays in Semantics*. Oxford, Clarendon Press, 1976.
- FIELD, H. “Tarski’s theory of truth”. *The journal of philosophy*, v.LXIX, n13 (1972).
- FREGE, G. *Kleine Schriften*; hersg. I. Angelelli. 2.Aufl. Hildesheim, G. Olms, 1990.
- _____. *Schriften zur Logik und Sprachphilosophie. Aus dem Nachlass*. Hrsg. G. Gabriel. 2. Aufl. - Hamburg, F. Meiner, 1978.
- _____. *Os fundamentos da Aritmética*. trad. Luís H. dos Santos. São Paulo, Abril cultural, 1983.
- _____. *Die Grundlagen der Arithmetik*. Hrsg. J. Schulte. Stuttgart, Reclam, 1987.
- _____. *Grundgesetze der Arithmetik*. 2. Aufl. Hildesheim, G. Olms, 1962.
- HORWICH, P. (ed.) *Theories of truth*. Aldershot, Dartmouth, 1994.
- JENNINGS, R.C. “Tarski - a dilemma”. *Inquiry* 30 (1987):155-72.
- KIRKHAM, R. L. *Theories of truth: a critical introduction*. MIT Press, 1992.
- KRIPKE, S. “Outline of a theory of truth”. *The journal of philosophy*, v.72, n19 (1975).
- LEPORE, E. (ed.) *Truth and interpretation: perspectives on the philosophy of D. Davidson*. Blackwell, 1986.
- LEWIS, D. “General semantics”. *Synthese* 22 (1970): 18-67.

- McDOWELL, J. *Mind and World*. Cambridge, Harvard, 1994.
- McGUINNESS, B./ OLIVERI, G.(eds.) *The philosophy of Michael Dummett*. Dordrecht, Kluwer, 1994.
- MILLAR, A. "Truth and understanding". *Mind*, v.LXXXVI, n343 (1977).
- PUNTEL, L. B. *Grundlagen einer Theorie der Wahrheit*. Berlin, De Gruyter, 1990.
- . *Wahrheitstheorien in der neueren Philosophie. Eine kritische-systematische Darstellung*. 3. erw. Aufl. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1993.
- PUTNAM, H. "A comparison of something with something else". *New Literary History* xvii (1985): 61-79.
- . "Sense, nonsense, and the senses: an inquiry into the powers of the human mind". *THE JOURNAL OF PHILOSOPHY*, v.XCI, n9 (1994).
- ROMANOS, G. D. *Quine and analytic philosophy: The language of language*. MIT Press, 1983.
- SKIRBEKK, G. (Hrsg.) *Wahrheitstheorien: eine Auswahl aus den Diskussionen über Wahrheit im 20. Jahrhundert*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1989.
- SOAMES, S. *Understanding truth*. Oxford, Oxford UP, 1999.
- . "What is a theory of truth". *The journal of philosophy* LXXXI, n8 (1984).
- STEIN, E. *Seminário Sobre a Verdade*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- TARSKI, A. *Logic, semantics, metamathematics*; ed. by J. Corcoran, and transl. by J.H.Woodger. 2.ed. - Indianapolis, Hackett, 1983.
- . "The semantic conception of truth and the foundations of semantics", in LINSKY, L. (ed.) *Semantics and the philosophy of language*. Urbana, Univ. of Illinois Pr., 1970.
- THOMSON, J.F. "A note on truth". *Analysis* 9, 5 (1949): 67-72.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*; trad. Luiz H. Lopes dos Santos. São Paulo, EdUsp, 1993.
- WRIGHT, C. *Frege's conception of numbers as objects*. Aberdeen Univ. Pr., 1983.

8. Notas

- 1 1978, "Einleitung in die Logik", p89: "Ein eigentlicher Satz ist ein Eigenname, seine Bedeutung ist, wenn er eine hat, ein Wahrheitswert: das Wahre oder das Falsche".
- 2 "Wharheit ist offenbar etwas so Ursprüngliches und Einfaches, dass eine Zurückführung auf noch Einfacheres nicht möglich"; 1978, p39.
- 3 1978, pp75-6. O predicado "Verdade(falsidade)" aplica-se ao sentido(Sinn) da sentença; idem, p40.

- 4 RUSSELL, “On the nature of truth and falsehood” (1906) in HORWICH, 1994; “Wahrheit und Falschheit” in SKIRBEKK, 1989. WITTGENSTEIN, Tractatus 2.21 -2.223, 4.06, 4063, 4.25, 4.3.
- 5 BAKER, G. P./ HACKER, P. M. S. Language, sense and nonsense, p373.
- 6 Idem, 374.
- 7 Cf. BRAIDA, “A dúplice raiz da significatividade”, in SOUZA e OLIVEIRA, Fenomenologia Hoje II: Significado e Linguagem; Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002; BRAIDA, “Funções semânticas e complexidade da proposição”, in MORTARI e CUPANI (Org.), Filosofia e Linguagem. 2002, v. 6, p. 75-97; e BRAIDA, “Significatividade e verdade”, KRITERION, v. 1, n. 105, p. 43-66, 2002.
- 8 “The establishment of scientific semantics”, 1983, p401.
- 9 Idem, p403.
- 10 Lewis, 1970, p18.
- 11 Church, 1990, p61.
- 12 PUNTEL, Grundlagen einer Theorie der Wahrheit, 1990, Anhang: “Zur Entwicklungsgeschichte der Theorie der Wahrheit seit Tarski”, pp338-78.
- 13 “Outline of a theory of truth”, 1975, pp714-15. Cf. tbém Haack, 1982, pp167-172.
- 14 “In defense of the coherence theory of truth”, 1974.
- 15 1990, Cap. 3.
- 16 1994: “Disquotational truth and factually defective discourse”, p408-9. Cf. tbém Davidson, 1990.
- 17 Os fundamentos da Aritmética, p202, 246-7, 274.
- 18 1978, p77; “Gedankengefüge”, Investigaciones lógicas, pp114-44.
- 19 Idem, p114.
- 20 CARNAP, Meaning and Necessity, p20. Cf. BAKER / HACKER, 1984, p160. D. Lewis coloca como questão central a ser respondida por uma semântica: “What is the form of the semantic rules whereby meanings of compounds are built up from the meanings of their constituent parts?” (1970, p18).
- 21 YOURGRAU, 1987, p133. DUMMETT, The interpretation of Frege’s philosophy, (IFP) 1981, Cap. 19.

- 22 “General semantics”, 1970.
- 23 1990, “Der semantische-ontologische Grundansatz”, pp138-161.
- 24 IFP, Cap.15; LBM, pp137, 221*.
- 25 Op. Cit., p242.
- 26 WRIGHT, 1983, p51.
- 27 Idem, p25.
- 28 Inquires into truth and interpretation, (ITI) 1984, pp220, 221, 236, 281.
- 29 As noções de “...a name referring to an object; ...a predicate applying to objects; ...a formula being the application of an n-place predicate P to an n-tuple of terms $t_1 \dots t_n$; ...a formula A being a negation of a formula B; ...a formula A being a disjunction of formulas B and C; ...a formula A being an existencial generalization of a formula B with respect to a variable u and a domain D of objects”. SOAMES, op.cit, p420.
- 30 “A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica”, in BRANQUINHO, 1990, p79.
- 31 Idem, p92.
- 32 The concept of truth in formalized languages”, Logic, Semantics, Metamathematics, 1983, p193.
- 33 Idem, pp193-4.
- 34 Idem, p189. Cf. ROMANOS, p165.
- 35 Op. cit., p152.
- 36 1990, p81.
- 37 “Tarski -a dilemma”, INQUIRY 30 (1987); “Tarski -an ambiguity”, ANALYSIS 46 (1986); “Popper, Tarski and Relativism”, ANALYSIS 43 (1983).
- 38 “Tarski -a dilemma”, p155.
- 39 Idem, p156.
- 40 ROMANOS, 1983, p164.
- 41 EVANS/McDOWELL, 1976, p408-9.
- 42 TARSKI, 1983, p166; 173-185.
- 43 Idem, pp210-11.
- 44 1972, p347.
- 45 Op. cit. pp118-9, 158-9.

- 46 Idem, pp159, 162.
- 47 Op. cit., p423.
- 48 Idem, pp425,429.
- 49 Idem, 424.
- 50 DAVIDSON, 1990, p287.
- 51 Idem, p285.
- 52 “The semantic definition of truth”; in HORWICH, 1994, cap 10.
- 53 “A comparison of something with something else”. *New Literary History* XVII (1985): 61-79.
- 54 TARSKI, 1983, p194: “Only two possibilities then remain: either every infinite sequence of classes satisfies a given sentence, or no satisfies it”.
- 55 “Tarski on truth and logical consequence” *JSL* LIII (1988), p57.
DAVIDSON, 1990, p290.
- 56 LBM, pp71, 108.
- 57 ITI, p217.
- 58 1990, p287.
- 59 “A note on truth”, p164; in Horwich, 1994. Cf. tbém SOAMES, p424.
- 60 DAVIDSON, 1990, p291-2.
- 61 PUNTEL, 1996, p373.
- 62 ITI, p218.
- 63 Op. cit., p168.
- 64 Idem, p171.
- 65 ITI, p150.
- 66 KIRKHAM, 1992, pp51 e 248.
- 67 ITI, p216.
- 68 1996, p274
- 69 Idem, p278.
- 70 KIRKHAM, p223.
- 71 “The social aspect of language”, p11; in McGUINNESS, B./ OLIVERI, G.(eds.), 1991.
- 72 1986, pp 6-7.
- 73 1990, p312.
- 74 Cf. ITI, p172; KIRKHAM, 1992, p231.

- 75 “Belief and the basis of meaning”, ITI, pp162, 167; KIRKHAM, 1992, p231.
- 76 1990, pp288, 295.
- 77 1996, p265; 1990, pp298*,301.
- 78 1990, pp282-4.
- 79 Idem, p285.
- 80 Idem, pp299-300.
- 81 Idem, pp300, 301.
- 82 “Truth and Meaning”, p18; KIRKHAM, 1992, p241.
- 83 KIRKHAM, pp242, 243, 244-5-. LePORE atribui um composicionalismo mitigado: 1986, 9-10.
- 84 ITI, 216.
- 85 Idem, p220. “Dois métodos de abordagem do significado” p221.
- 86 Idem, p201.
- 87 Idem, “Truth and Meaning”, p24.
- 88 1983, “Significado y verdad”, p202.
- 89 ITI, “The method of truth in Metaphysics”, p199.
- 90 Idem, p201.
- 91 La verdad y otros enigmas, p83: “Nós não explicamos mais o sentido de um enunciado estipulando seu valor de verdade em termos dos valores de verdade de seus constituintes, mas estabelecendo quando ele pode ser asserido em termos de condições sob as quais seus constituintes podem ser afirmados”.
- 92 Logical basis of Metaphysics (LBM), pp64, 66.
- 93 Idem, pp157, 160-2; 1976, “What is a theory of meaning? (II)”, pp67, 97, 115*.
- 94 Idem, p65.
- 95 Ibidem. Esta posição também foi defendida por H. PUTNAM, no artigo “Realism and Reason”, de 1976. (Cf. HORWICH, 1994, cap.21, p393). Entretanto, Putnam irá aos poucos se afastar de Dummett, como se pode observar no artigo “Meaning holism and epistemic holism”. Para uma consideração mais extensa, “Sense, nonsense, and the senses”, 1994, pp494-505.

- 96 LBM, p47.
97 Idem, p31.
98 Idem, p61.
99 LBM, pp221, 223, 225, 229.
100 Idem, p101.
101 LBM, pp20, 51,61.
102 Idem, p61.
103 LBM, p32.
104 Idem, Cap.I.
105 Idem, p61.
106 Idem, pp123, 134.
107 LBM, pp33,74,304.
108 LBM, pp304, 314; 1976, p113.
109 LBM, p317.
110 LBM, pp316, 317, 320, 341; 1976, p115.
111 Conforme formulação de MILLAR, op.cit., p405.
112 Idem, p122; 1992, pp137, 304.
113 1976, pp69-70.
114 DUMMETT, 1991a, p293; 1991, p103-5, 149.
115 Idem, Cap. 4, p83.
116 LBM, p306.
117 LBM, pp168,171,314-5; 1976, pp81, 98; 1990, p69.
118 LBM, p314; 1976, p97. KIRKHAM, 1992, p248.
119 1976, p111.
120 Idem, p84: “A noção de verdade surge a partir da noção mais primitiva de correção ou incorreção de uma asserção”.
121 KIRKHAM, 1992, pp249, 251.
122 1976, p69.
123 Idem, pp80, 128.
124 Idem, p82.
125 Idem, pp88,103.
126 Idem, pp88, 116.
127 LBM, 305.

128 Idem, p13.

129 Idem, pp305, 338.

130 G. FREGE, *Kleine Schriften*, “Was ist eine Funktion”, p278; “Funktion und Begriff”, p126; *Grundgesetze...*, §1, p5. R. CARNAP, *The logical syntax of language*, §§41, 42. W. QUINE, *Ontological Relativity*, p15..
Distinção esta aceita e incorporada mesmo por A. TARSKI na própria definição da semântica como tratando das relações entre expressões e objetos, “The establishment of scientific semantics”, p401.